

LUCIANO ATHAYDE CHAVES
Juiz do Trabalho da 21ª Região (RN).
Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do
Norte(UFRN). Professor de Direito Processual da Faculdade
de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Professor de
Pós-Graduação em Direito Processual e do Trabalho da Universidade
Potiguar (UNP) e da Escola Superior de Magistratura do Rio Grande do
Norte (ESMARN)

**A RECENTE REFORMA NO PROCESSO COMUM E SEUS REFLEXOS
NO DIREITO JUDICIÁRIO DO TRABALHO**
Leis ns. 11.187/05, 11.232/05, 11.276/06, 11.277/06 e
11.280/06 E OUTROS ESTUDOS DE DIREITO PROCESSUAL DO
TRABALHO

Editora LTr

São Paulo, 2006



CATALOGAÇÃO NA FONTE

Chaves, Luciano Athayde

A recente reforma no processo comum e seus reflexos no direito judiciário do trabalho: leis ns. 11.187/05, 11.232/05, 11.276/06, 11.277/06 e 11.280/06 e outros estudos de direito processual do trabalho / Luciano Athayde Chaves. — São Paulo : LTr, 2006.

Bibliografia.

ISBN 85-361-06-3694

1. Direito processual do trabalho — Brasil I. Título.

06-3694

CDU-347.9:331(81)



SUMÁRIO

PREFÁCIO — Pierpaolo Cruz Bottini	11
INTRODUÇÃO	15
PARTE I – A RECENTE REFORMA DO PROCESSO COMUM E SEUS REFLEXOS NO DIREITO JUDICIÁRIO DO TRABALHO	
1. DA INCOMPLETUDE DO DIREITO JUDICIÁRIO DO TRABALHO E DO PERCURSO PARA A COMPREENSÃO DE UM MÉTODO VÁLIDO DE HETEROINTEGRAÇÃO DE SEU MICROSISTEMA DE REGRAS	21
2. DA LEI FEDERAL N. 11.187/05: O NOVO DESENHO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO NO PROCESSO	30
3. DA LEI FEDERAL N. 11.232/05: ROMPENDO PARADIGMAS QUANTO AO PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DAS SENTENÇAS	33
3.1 Processo de conhecimento x processo de execução fundada em título judicial o fim da dicotomia?	33
3.2. A fase de liquidação da sentença	40
3.3. Da execução provisória: um passo importante para a efetividade da tutela jurisdicional	45
3.4. Do novo procedimento para o cumprimento das sentenças mistas: parte líquida e parte ilíquida	51
3.5. As tutelas específicas em pretensões de adjudicação compulsória e a sentença substitutiva de declaração de vontade	51
3.6. A nova fase de cumprimento das sentenças: da extinção da citação para a execução; da multa pelo não cumprimento voluntário da decisão e do fim da nomeação de bens à penhora pelo executado	53
3.7. Do mandado de penhora e das novas formas de intimação do executado	59
3.8. Da paralisação da execução e seus efeitos	61
3.9. Da substituição dos embargos à execução pela impugnação e o fim de seu efeito suspensivo	71
3.10. Da inexigibilidade superveniente do título judicial e a teoria da relativização da coisa julgada material	78

Localização: 331:347.952(81)

C512r

Código de barras: STJ00065623



3.11. Da eleição do foro do procedimento, executivo pelo credor e a possibilidade de eliminação da carta precatória executória	89
3.12. Da alteração das regras para a constituição de capital na condenação por ato ilícito	93
3.13. Das alterações nas regras da ação monitória	100
4. DA LEI FEDERAL N. 11.276/06: AS INOVAÇÕES NO CAMPO RECURSAL E A CLAUSULA IMPEDITIVA DE RECURSOS	102
4.1. Das alterações de caráter mais geral...	102
4.2. Do saneamento de nulidades-processuais observadas em grau de recurso	106
4.3. Da cláusula impeditiva de recursos	109
5. DA LEI FEDERAL 11..277/06: DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA PROFERIDA INAUDITA ALTERA PARTE	113
6. DA LEI FEDERAL N. 11 .280/06: DO PRONUNCIAMENTO EX OFFICIO DA PRESCRIÇÃO, DA AUTORIZAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS POR MEIO ELETRÔNICO E OUTRAS ALTERAÇÕES NO PROCESSO COMUM	119
6.1. Da nulidade da cláusula de eleição de foro em contratos de adesão e o pronunciamento <i>ex officio</i> da incompetência relativa	120
6.2. Da autorização para prática de atos processuais por meio eletrônico	126
6.3. Do pronunciamento ex officio da prescrição de direitos patrimoniais	135
6.4. Das alterações nas regras de distribuição por dependência	141
6.5. Da apresentação da exceção de incompetência	145
6.6. Da intimação do advogado da parte revel	147
6.7. Da suspensão do processo em virtude de expedição de carta precatória e rogatória	152
6.8. Da concessão de tutelas de urgência em sede de ação rescisória	154
6.9. Do pedido de vista pelos Juízes no âmbito dos tribunais	157
7. ASPECTOS DE DIREITO INTERTEMPORAL	160
8. CONCLUSÕES ANALÍTICAS	164
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169



PARTE II — OUTROS ESTUDOS DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. O FORO DE ELEIÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO	175
2. O PROCESSO DE EXECUÇÃO TRABALHISTA E O DESAFIO DA EFETIVIDADE PROCESSUAL	179
2.1. A execução no panorama do Moderno Direito Processual	179
2.2. O mito da cognição no direito Processual brasileiro	181
2.3. As duas faces da execução trabalhista: as execuções possíveis e as improváveis	183
2.4. Da logística do processo de execução trabalhista	185
2.5. A experiência da Secretaria de Execução Integrada de Natal/RN	188
2.5.1. Dos Juízes da Execução	189
2.5.2. Das audiências em "execução."	190
2.5.3. O depósito judicial e os leilões integrados	190
2.5.4. As "execuções especiais	192
2.6. Sobre a necessidade de instrumentos auxiliares e extra-processuais para a efetividade do processo de execução na Justiça do Trabalho	193
2.7. A guisa de conclusão	196
2.8. Referências Bibliográficas.....	197
3. O PROCESSO DO TRABALHO E O NOVO DISCIPLINAMENTO DADO À REMESSA OFICIAL PELA LEI N. 10:352/01	198
3.1. Tendências dos benefícios processuais garantidos ao Poder Público	198
3.2. O enfoque da remessa ex officio à luz da Lei n.10.352/02	202
3.3. Do dogma da completude do ordenamento jurídico das principais espécies de lacunas	206
3.4. Da identificação tópica de lacuna de natureza normativa e não-normativa em relação ao instituto da limitação da remessa oficial e a heterointegração do Direito Processual do Trabalho	211
3.5. Considerações Finais	214
3.6. Referências Bibliográficas	215
4. DOS RITOS PROCEDIMENTAIS DAS NOVAS AÇÕES NA JUSTIÇA DO TRABALHO	216



4.1. Aspectos introdutórios	216
4.1.1. Princípio da duração razoável...	217
4.1.2. Delegação para atos ordinatórios	218
4.2. A nova competência da Justiça do Trabalho e os ritos procedimentais respectivos	219
4.2.1. O procedimento quanto à nova competência geral (art 114, I, CF)	219
4.2.2. Considerações sobre o rito quanto às ações que envolvam o direito de greve (inciso II)	221
4.2.3. Ações sobre representação sindical (inciso III)	222
4.2.4. Mandados de segurança <i>habeas data</i> , <i>habeas corpus</i> (inciso IV)	223
4.2.5. Ações relativa às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (inciso VII)	224
4.2.6. O direito intertemporal a aplicação da EC n. 45 no tempo	225
4.2.7. O sistema recursal ..	226
4.2.8. <i>Jus postulandi</i>	226
4.2.9. Dos honorários de advogado e custas processuais	228
4.3 Considerações Finais	229

PARTE III - TEXTOS NORMATIVOS NA ÍNTEGRA

Lei n. 11.187/05	233
Lei n. 11.232/05	234
Lei n. 11.276/06	243
Lei n. 11.277/06	245
Lei n. 11.280/06	246
Resolução STF n. 287/04 (e-STF)	249
Instrução Normativa TST n. 28/05 (e-Doc)	251

